

PERGUNTAS DO RELATOR PARA O DR. KAIZÔ BELTRÃO – Professor da FGV-Fundação Getúlio Vargas

Dr. Kaizô Beltrão: Em matérias publicadas pelo jornal Correio Braziliense e pela revista EXAME, envolvendo a reforma da Previdência Social, Vossa Senhoria foi citada:

“A reforma da Previdência em discussão pelo Congresso não é a primeira e, certamente, não será a última a ser proposta. Várias alterações já foram feitas em todos os benefícios desde que a Previdência Social foi criada oficialmente, em 1960. Uma constatação, no entanto, não mudou nesse período: o sistema previdenciário do Brasil continua sendo considerado um dos seguros sociais mais completos do mundo. Nas palavras do economista Kaizô Beltrão, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “certamente é o mais generoso”. (Jornal Correio Braziliense 22/01/17)

“Previdência exige reforma para evitar colapso, diz Beltrão” (Revista Exame, 27/11/2012)

Imagino que tenha havido um problema de transcrição no Correio. A data usual de “fundação do sistema” é 1932.

RECEBIDO POR EMAIL

24/10/2017 22:07
Marcelo Assaife Lopes
Técnico Legislativo
Mat 257895



1) No tocante à matéria do Correio Braziliense, Vossa Senhoria poderia esclarecer o por quê dessa constatação: “*o sistema previdenciário do Brasil continua sendo considerado um dos seguros sociais mais completos do mundo e, certamente, o mais generoso*”.

O auxílio reclusão e a aposentadoria por tempo de contribuição são oferecidos como benefícios previdenciários em pouquíssimos países. Além disso, nenhum país oferece aposentadorias com o mesmo valor do salário de contribuição, como é possível no Brasil.

2) V. Sa. defendeu, em entrevista à revista Exame, que a previdência exigia uma reforma para evitar colapso. Dentro desse escopo, V. Sa. considera que o substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara é suficiente para evitar esse colapso que o Senhor vaticinou?

Como pode ser visto pela trajetória passada da população de beneficiários (RGPS e LOAS) e pelas minhas projeções, houve um aumento importante (um pouco mais de 70% entre 2002 e 2017). Isto tem implicado em um aumento dos gastos desta área e uma compressão correspondente de gastos em outras áreas (educação, saúde, infraestrutura, etc.). Enquanto for possível expandir os gastos em Previdência em detrimento de outras áreas (ou aumentar impostos e contribuições como tem acontecido até agora) o sistema é viável. Lembro que quando o sistema começa em 1932, a contribuição era de 3% do empregado e 3% do empregador, num total de 6% (e cobria saúde e previdência). Agora a contribuição é cinco vezes maior.

A reforma aprovada na CEC ajuda e muito a postergar o colapso (ainda que os efeitos sejam a médio e longo prazo), mas imagino que com o aumento da esperança de vida (como tem acontecido até agora), mais tarde deverá ser necessário outro ajuste.



3) Trabalho publicado recentemente pela FIPE mostra que o gasto previdenciário brasileiro é um dos 15 maiores do mundo em percentual do PIB, equivalente ao da Alemanha, País com mais que o dobro de idosos em sua população.

Esse cenário, combinado com a nossa tendência de envelhecimento populacional, com claros reflexos sobre os dispêndios com aposentadorias, recomenda a adoção de reformas mais radicais das regras de acesso aos benefícios? Ou há outras alternativas a serem adotadas?

Não existe fórmula mágica num sistema de repartição simples como o nosso. Pode-se resolver temporariamente, no caso do Brasil, aumentando a taxa de formalização do mercado de trabalho, aumento a taxa de atividade trazendo grupos que não estavam trabalhando, aumentar a produtividade do trabalho, etc. Mas, estas medidas todas vão ter impacto num aumento futuro no contingente de beneficiários e no aumento do valor do benefício. Postergar a elegibilidade do benefício é uma forma de concomitantemente expandir a base contributiva (supondo que todos encontrarão trabalho) e diminuir o contingente de beneficiários.

No serviço público a instituição do abono de permanência em serviço (o chamado pé-na-cova), fez com que muitos funcionários públicos postergassem o pedido de aposentadoria, o que diminui a necessidade de novas contratações e arrefeceu o crescimento dos beneficiários.